



Simulado Final
MP MG
Oficial - Serviços Diversos
Pós-Edital

Gabarito

Simulado Final MP MG – Oficial – Serviços Diversos – Pós-Edital

01	B	11	C	21	C	31	B	41	A
02	C	12	C	22	B	32	C	42	C
03	B	13	D	23	B	33	C	43	C
04	D	14	B	24	D	34	A	44	B
05	A	15	D	25	C	35	D	45	B
06	C	16	C	26	A	36	D	46	D
07	A	17	D	27	D	37	D	47	C
08	B	18	D	28	D	38	D	48	C
09	C	19	A	29	D	39	B	49	D
10	A	20	D	30	C	40	C	50	B

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<https://bit.ly/Ranking-MPMG-Oficial-07-01-23>

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO I**

O relatório de uma comissão independente que investigou a conduta de integrantes da Igreja Católica na França desde a década de 1950 revelou que ao menos 216 mil crianças foram vítimas de abusos sexuais de membros do clero nos últimos 70 anos. O relatório, divulgado nesta terça-feira após dois anos e meio de investigações, aponta que o número de vítimas pode ultrapassar os 300 mil se forem consideradas agressões cometidas por colaboradores da Igreja sem cargos eclesiásticos.

O documento de 2.500 páginas foi entregue nesta terça-feira pelo presidente da comissão, Jean-Marc Sauvé, ao chefe da Conferência dos Bispos da França (CEF, na sigla em francês), Eric de Moulins-Beaufort. De acordo com as descobertas, a Igreja mostrou, "por anos, indiferença profunda, total e até cruel", protegendo-se ao invés de ajudar as vítimas, em sua maioria meninos entre 10 e 13 anos.

— As consequências são muito graves. Cerca de 60% dos homens e mulheres abusados sexualmente encontram grandes problemas em sua vida sentimental ou sexual — afirmou Sauvé em entrevista coletiva.

O número total de menores abusados pode chegar a 330 mil, constatou o relatório, se consideradas também vítimas de pessoas na esfera da Igreja, mas que não compõem seu corpo eclesiástico, como catequistas, professores de escolas religiosas e supervisores de movimentos jovens.

Estima-se que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil — dois terços deles, padres. Entre as vítimas, 80% eram meninos. Na maioria dos casos, os atos estão prescritos e os autores dos abusos já morreram, mas o relatório aponta 22 supostos crimes que ainda podem ser investigados. Todos foram encaminhados ao Ministério Público. Outros 40 casos muito antigos para serem processados, mas que envolvem pessoas que ainda estão vivas, foram encaminhados aos dirigentes da Igreja.

— Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais) e até mesmo expunham as crianças a riscos ao colocá-las em contato com os abusadores. Nós consideramos que a Igreja tem uma dívida para com as vítimas — ressaltou o presidente da comissão, afirmando

que os pesquisadores só constataram uma mudança de atitude nos últimos cinco anos.

(O Globo e agências internacionais. Adaptado)

01. É possível afirmar, a partir da leitura do texto, que:

- a) Quando tratada, a vítima de abuso pode levar uma vida normal.
- b) Meninos adolescentes e pré-adolescentes eram as principais vítimas.
- c) O relatório foi elaborado por integrantes do baixo clero.
- d) A Igreja sempre se mostrou disposta a apurar os casos de abuso.

Gabarito: B

Comentário:

Letra A - Incorreta. O texto não diz nada a respeito da possibilidade de tratamento das vítimas de abuso, apenas alerta sobre as graves consequências do abuso. Aqui, ocorre extrapolação.

Letra B - Correta. A partir do segundo parágrafo, podemos inferir essa informação: "protegendo-se ao invés de ajudar as vítimas, em sua maioria meninos entre 10 e 13 anos".

Letra C - Incorreta. O texto fala em comissão independente, ou seja, não ligada à Igreja: "O relatório de uma comissão independente..." (1º parágrafo).

Letra D - Incorreta. O texto afirma o contrário no último parágrafo: "Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais) e até mesmo expunham as crianças a riscos ao colocá-las em contato com os abusadores".

02. Podemos afirmar que, nesse trecho, predomina a tipologia textual:

- a) argumentativa
- b) descritiva
- c) expositiva

d) narrativa

Gabarito: C

Comentário:

O texto discorre sobre a temática do abuso praticado por membros da Igreja, apresentando dados, mas sem defender um ponto de vista. Logo, trata-se de um texto dissertativo-expositivo.

03. O vocábulo destacado em "Estima-se que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil" exerce a mesma função em:

- a) Trata-se de casos que devem ser investigados.
- b) Divulgou-se o número de vítimas.
- c) Lembre-se de que todos são iguais perante a lei.
- d) Feriu-se com instrumentos comprados recentemente.

Gabarito: B

Comentário:

Em "Estima-se...", o vocábulo SE está ligado a um verbo transitivo direto, exercendo a função de partícula apassivadora (*ISSO é estimado*).

Letra A - Incorreta. Índice de indeterminação do sujeito (VTI + SE)

Letra B - Correta. Partícula apassivadora (VTD + SE)

Letra C - Incorreta. Parte integrante do verbo (lembrar-se = verbo pronominal)

Letra D - Incorreta. Pronome reflexivo (o sujeito pratica e sofre a ação expressa pelo verbo)

04. Houve falha quanto à concordância na alternativa:

- a) Ana e sua amiga se encontravam todos os dias.
- b) Construíram-se muros enormes para proteção e isolamento.
- c) Faz três anos que não nos vemos.
- d) Devem haver muitos motivos para ele não ir ao evento.

Gabarito: D

Comentário:

A única alternativa em que a concordância não foi feita corretamente é a alternativa D: haver (= existir) é impessoal, portanto permanece no singular. O verbo auxiliar "devem" deveria estar no singular, pois verbos auxiliares de verbos impessoais também assumem essa propriedade gramatical da impessoalidade. O correto seria "deve haver".

05. As vírgulas que separam o segmento "constatou o relatório" (4º parágrafo):

- a) Podem ser substituídas pelo duplo travessão.
- b) Promovem o emprego de uma linguagem erudita.
- c) Foram empregadas em função de destacar o número de vítimas.
- d) Estão empregadas incorretamente.

Gabarito: A

Comentário:

As vírgulas podem ser substituídas, sem qualquer prejuízo gramatical por duplo travessão, pois o trecho é uma informação adicional intercalada.

B - Incorreta. Erudito faz referência a algo culto, intelectualizado. O simples uso da vírgula não é capaz de promover erudição.

C - Incorreta. O emprego da vírgula foi para isolar uma oração intercalada.

D - Incorreta. As vírgulas foram empregadas corretamente.

06. A forma verbal "denunciavam" em "Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais)" indica um aspecto durativo, de uma ação habitual, como ocorre com a forma verbal destacada em:

- A) Aprovaram os projetos que estavam parados.
- B) O anúncio seria feito na manhã da posse.
- C) A partir da próxima semana, os filmes estreiam nos cinemas às quintas-feiras.

D) Quando eles voltarem, estaremos aqui esperando.

Gabarito: C

Comentário:

O pretérito imperfeito “denunciavam” indica uma ação durativa no passado.

A - Incorreta. O pretérito perfeito indica uma ação pontual concluída.

B - Incorreta. O futuro do pretérito indica uma ação não concluída, hipotética.

C - Correta. O presente, nesse contexto, indica uma ação durativa (a partir de determinada data, os filmes sempre estrearão às quintas).

D - Incorreta. O futuro do subjuntivo indica uma ação pontual hipotética.

07. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas, segundo as normas ortográficas em vigor:

a) paralisação - exceção - obsessão

b) ansioso - estresse - perturbar

c) atualização - vexame - enchente

d) seção - opinião - entretido

Gabarito: A

Comentário:

Letra A – Todas as palavras foram grafadas corretamente.

Letra B – O correto é “ansioso”.

Letra C – O correto é “atualização”.

Letra D – O correto é “entretido”.

TEXTO II - NOSSA LÍNGUA À BRASILEIRA

A ideia de uma língua nacional brasileira nasceu há quase 200 anos, com a Independência do país. Meio século depois, José de Alencar, partidário da causa, anotava no posfácio de “Iracema”: “A revolução é inevitável e fatal como a que transformou (...) o romano em francês, italiano etc.; há de ser longa e profunda,

como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos”.

“Dous” virou “dois”, os mares devem estar um tantinho mais imensos com o aquecimento global — e a língua brasileira não vingou.

Não por falta de tentativa. A Constituição de 46 previa a indicação de professores, escritores e jornalistas para opinar sobre a denominação disto que falamos aqui. A resposta veio em menos de 30 dias: “A Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa”.

Já lá se vão três quartos de século e duas Constituições, e continuamos fingindo nos expressar no mesmo idioma de Lobo Antunes, Hugo Mãe e João Pereira Coutinho.

Tornamo-nos bilíngues numa língua só: o português escrito e o (brasileiro) falado. Este, possível matriz do nosso “idioma nacional”, liquidifica a segunda e a terceira pessoas (*tu sabe disso*), ignora o pronome oblíquo átono (*o que vai levar ele à extinção*), despreza o subjuntivo (as crianças *que talvez ainda podem ser salvas*) e relega as regências aos livros de História. Nessa (r)evolução, o pronome relativo “cujo” sumiu da linguagem oral. As formas combinadas dos pronomes átonos (mo, to, lho) saíram de linha com as capitânicas hereditárias. Ter-se-iam ouvido mesóclises pela última vez no governo Temer.

Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções. Uma pugna pela “escrita inclusiva. É o que Nélida Piñon chamou de “projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe”. Outra aposta na obscuridade — e dá-lhe cotas epistêmicas com base na interseccionalidade, experiências afrodiaspóricas, configuração dos sistemas opressivos do capitalismo e do cisheteropatriarcado (seja isso lá o que for) — e, ainda por cima, escrito em desconformidade com o Acordo Ortográfico.

O preconceito linguístico apontado em plurais, concordâncias, prosódia e opressões afins é deixado de lado quando entra em cena o lero-lero do politicamente correto. Tem-se aí o melhor dos mundos para a perpetuação da exclusão e das desigualdades: alunos do ensino fundamental privados da sofisticação da linguagem (logo, também do pensamento) e uma suposta elite acadêmica progressista mesmerizada com o próprio dialeto, que oscila entre o hermetismo lacaniano e a *lumenização* pura e simples.

Isto aqui “é brasileiro, já passou de português”, diz o samba do Noel. Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas — não um português depauperado.

(Por Eduardo Affonso. O GLOBO. Adaptado)

08. Depreende-se da leitura do texto e de seu título que:

- a) O autor não concorda com o uso informal da língua.
- b) O português falado no Brasil se distanciou do português europeu.
- c) Os falantes de português no Brasil desconhecem a própria língua.
- d) O autor defende a preservação de uma "língua pura".

Gabarito: B

Comentário:

A - Não há nenhum pressuposto textual que nos permita inferir que o autor não está de acordo com o uso informal do português.

B - Correto. O título sugere que o português foi "moldado" ao estilo brasileiro. Além disso, no 6º parágrafo, o autor cita a influência colonial sobre o português brasileiro: "Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções".

C - No texto, o autor não faz qualquer juízo de valor sobre os usos observados na língua falada, apenas afirma que falamos um português diferente daquele usado na escrita, o que não pode ser interpretado como falta de conhecimento.

D - É possível inferir do 8º parágrafo que o autor está aberto às influências que formaram o português brasileiro, defendendo a mistura colonial que resultou no português brasileiro: "Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas".

09. Em relação ao preconceito linguístico, pode-se afirmar que, de acordo com o texto,

- a) A elite acadêmica é disseminadora desse tipo de preconceito.
- b) O Acordo Ortográfico é uma ferramenta contra o preconceito.
- c) A ideia de "escrita inclusiva", na verdade, fomenta a segregação.
- d) O uso de uma linguagem "politicamente correta" contribui para a atenuação do preconceito.

Gabarito: C

Comentário:

A - Incorreta. Na verdade, o texto ressalta que esse grupo em nada contribui para a diminuição do preconceito.

B - Incorreta. O texto não nos permite afirmar que o Acordo Ortográfico é um instrumento de combate ao preconceito. O Acordo é apenas um instrumento de normatização.

C - Correta. A ideia de "escrita inclusiva" divide a sociedade entre aqueles que utilizam uma linguagem "politicamente correta" e aqueles que não o fazem. "É o que Nélida Piñon chamou de “projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe” (6º parágrafo).

D - Incorreta. O texto afirma que o preconceito linguístico é "deixado de lado" pelo politicamente correto.

10. O termo destacado não foi classificado com correção em:

- a) "os mares devem estar um tantinho mais imensos" (2º parágrafo) - objeto direto
- b) "anotava no posfácio de "Iracema"..." (1º parágrafo) - adjunto adverbial
- c) "diz o samba do Noel" (8º parágrafo) - sujeito
- d) "o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa" (3º parágrafo) - adjunto adnominal

Gabarito: A

Comentário:

A única classificação incorreta é do trecho destacado em ""os mares devem estar um tantinho mais imensos". Trata-se, na verdade, de um **predicativo do sujeito**.

11. Há palavra acentuada por ser "paroxítona terminada em ditongo" em:

- a) centímetro
- b) arguição
- c) propício
- d) armazém

Gabarito: C**Comentário:**

A - Proparoxítona (cen-tí-me-tro)

B - Oxítona não acentuada (ar-gui-ção)

C - Paroxítona terminada em ditongo (pro.pí.cio)

D - Oxítona terminada em -EM (ar-ma-zém)

12. Para estar de acordo com a norma-padrão, o trecho "*tu sabe disso*" (5º parágrafo) deve ser reescrito da seguinte forma:

- a) Tu sabeis disso
- b) Vós sabes disso
- c) Tu sabes disso
- d) Tu saberia disso

Gabarito: C**Comentário:**

O erro do trecho é a mistura de pessoas gramaticais: "tu" é um pronome pessoal de **2ª pessoa do singular**; "sabe" está conjugado na **3ª pessoa do singular**. O correto é "tu sabes disso".

13. No trecho "seja isso lá o que for" (6º parágrafo), classifica-se, morfológicamente, o vocábulo "que" como:

- a) pronome interrogativo

- b) conjunção integrante

- c) partícula expletiva

- d) pronome relativo

Gabarito: D**Comentário:**

O vocábulo "que" retoma o pronome demonstrativo "o" (= aquilo), funcionando como pronome relativo.

14. O conectivo "como" em "Como estava chovendo, ele decidiu ir de carro" expressa:

- a) conformidade
- b) causa
- c) consequência
- d) comparação

Gabarito: B**Comentário:**

"Estar chovendo" é a **causa** da decisão de ir de carro: Ele decidiu ir de carro PORQUE estava chovendo.

15. "O gerente deu dias de folga a funcionários". A transformação da estrutura para a voz passiva está correta em:

- a) Dias de folga são dados a funcionários pelo gerente.
- b) Dar-se-ão dias de folgas a funcionários.
- c) Deu-se dias de folgas a funcionários.
- d) Dias de folga foram dados a funcionários pelo gerente.

Gabarito: D**Comentário:**

Na transformação para a voz passiva, deve-se manter o tempo verbal da frase original e atentar-se para a concordância.

A - Incorreta: alteração do tempo verbal

B - Incorreta: alteração do tempo verbal

C - Incorreta: falta de concordância verbal

D - Correta: manutenção do pretérito perfeito (deu = foram dados) / objeto direto passa a sujeito paciente / sujeito passa a agente da passiva.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Tiago Zanolla

16. Wando, servidor público civil estável ocupante de cargo efetivo no Estado de Minas Gerais, até então com sua folha de assentamentos funcionais sem nenhum registro, acabou por descumprir dever funcional de zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado.

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, em tese, o ato de Wando pode dar azo à pena de:

- a) suspensão de até trinta dias, a ser aplicada verbalmente.
- b) advertência, a ser aplicada verbalmente.
- c) repreensão, a ser aplicada por escrito.
- d) suspensão de até noventa dias.

Gabarito: C

Comentário:

Segundo o Estatuto, como não é caso de reincidência, a pena de **repreensão** será aplicada por escrito em caso de desobediência ou falta de cumprimento de deveres (Art. 245).

17. Wanda, servidora pública estadual, após processo administrativo disciplinar, recebeu a sanção disciplinar de demissão. Um ano depois, reuniu provas de sua inocência e deu início a processo de revisão, que culminou com a decisão administrativa de invalidação de sua demissão.

No caso em tela, a reinvestidura de Wanda ocorreu por meio da:

- a) ascensão funcional, sem direito a vantagens retroativas;
- b) recondução, sem direito a vantagens retroativas;

c) reversão, com ressarcimento de todas as vantagens;

d) reintegração, com ressarcimento de todas as vantagens;

Gabarito: D

Comentário:

A volta do demitido é a Reintegração.

Vejam as formas de provimento dispostas na Lei n. 869/1952:

- A promoção é a progressão funcional do servidor; (itens revogados)
- Transferência é a movimentação do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, para outro cargo - é inconstitucional
- **Reintegração – volta do demitido**
- Readmissão – volta do demitido sem ressarcimentos (itens revogados)
- Reversão – volta do aposentado
- Aproveitamento – volta do em disponibilidade

18. Marcia foi nomeada para ocupar cargo público efetivo no Estado. As opções a seguir apresentam requisitos básicos para a investidura. Assinale o requisito que não precisa ser preenchido por Marcia

- a) Estar em pleno gozo de seus direitos políticos.
- b) Estar quite com suas obrigações eleitorais.
- c) Ter idade mínima de 18 anos.
- d) Estar quite com suas obrigações militares.

Gabarito: D

Comentário:

Vamos recordar os requisitos:

Art. 13 – Só poderá ser provido em cargo público quem satisfizer os seguintes requisitos:

I – ser brasileiro;

II – ter completado dezoito anos de idade;

III – haver cumprido as obrigações militares fixadas em lei;

IV – estar em gozo dos direitos políticos;

V – ter boa conduta;

VI – gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica;

VII – ter-se habilitado previamente em concurso, salvo quando se tratar de cargos isolados para os quais não haja essa exigência;

VIII – ter atendido às condições especiais, inclusive quanto à idade, prescrita no respectivo edital de concurso.

Como o cumprimento das obrigações militares é exigível somente de candidatos homens, Márcia não precisa preenchê-lo.

19. Cabe ao Ministério Público com base em sua autonomia administrativa:

- a) praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal ativo, apenas.
- b) elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos
- c) propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus servidores, não podendo alterá-los por atos próprios.
- d) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos e carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores

Gabarito: A

Comentário:

O MP edita atos referente ao pessoal inativo também. Vamos aproveitar e revisar o artigo 3º:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

I - praticar atos próprios de gestão;

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

III - elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos;

IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

VI - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus servidores;

VII - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;

VIII - editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos e carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;

IX - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

X - compor os seus órgãos de administração;

XI - elaborar seus regimentos internos;

XII - exercer outras competências dela decorrentes.

20. A respeito do Ministério Público e de sua autonomia financeira, julgue os itens a seguir.

I O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

II Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues, em duodécimos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, sem vinculação a nenhum tipo de despesa.

III Os recursos originários do Tesouro Estadual, serão recolhidos diretamente e vinculados aos fins da instituição, vedada outra destinação.

IV A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Estadual, mediante controle externo.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.

Gabarito: D

Comentário:

ITEM I – Errada. O MP elabora com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias e não na LOA.

ITEM II – Certa. Vide Art. 3º, § 1º.

ITEM III – Errada. Os recursos próprios, não originários do Tesouro Estadual, serão recolhidos diretamente e vinculados aos fins da instituição, vedada outra destinação.

ITEM IV – Certa. Vide Art. 3º, § 3º.

21. Sobre a organização do Ministério Público, é órgão de Administração Superior e de Execução

- a) a Procuradoria-Geral de Justiça.
- b) o Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) o Conselho Superior do Ministério Público.
- d) a Ouvidoria do Ministério Público.

Gabarito: C

Comentário:

O CSMP é tanto órgão de Administração Superior como de Execução.

Art. 4º - São órgãos do Ministério Público:

I - da administração superior:

a) a Procuradoria-Geral de Justiça;

b) o Colégio de Procuradores de Justiça;

c) o Conselho Superior do Ministério Público;

d) a Corregedoria-Geral do Ministério Público;

e) a Ouvidoria do Ministério Público;

III - de execução:

a) o Procurador-Geral de Justiça;

b) o Conselho Superior do Ministério Público;

c) os Procuradores de Justiça;

d) os Promotores de Justiça;

22. Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo

- a) Ex-officio pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) Pelo Colégio de Procuradores, mediante voto de 2/3 de seus membros.
- c) Pelo Conselho Superior do Ministério Público, mediante voto de maioria absoluta de seus membros.
- d) Pela Assembleia Estadual, após autorização por 2/3 dos membros do Colégio de Procuradores.

Gabarito: B

Comentário:

Segundo o Artigo 46, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo pelo Colégio de Procuradores de Justiça, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa, ou condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.

23. Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, nas comarcas do interior do Estado com mais de 2 (duas) Promotorias de Justiça, estas serão compostas por,

- a) no mínimo 1/3 de Promotores com atribuição Cível
- b) no mínimo 1/3 de Promotores com atribuição Criminal

c) no máximo 1/3 de Promotores com atribuição Cível

d) no máximo 1/3 de Promotores com atribuição Criminal

Gabarito: B

Comentário:

Resposta no artigo 62:

Art. 62 - Nas comarcas do interior do Estado com mais de 2 (duas) Promotorias de Justiça, estas serão compostas por, no mínimo, 1/3 (um terço) de Promotores de Justiça com atribuições na área criminal, na forma disposta no art. 18, XXXIII e XXXIV.

24. Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, é órgão de assessoramento do Procurador-Geral de Justiça:

- a) os Centros de Apoio Operacional.
- b) a Comissão de Concurso.
- c) o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- d) as Procuradorias-Gerais de Justiça Adjuntas.

Gabarito: D

Comentário:

Os órgãos de Assessoramento do PGJ são:

Art. 88 - São órgãos de assessoramento do Procurador-Geral de Justiça:

I - as Procuradorias-Gerais de Justiça Adjuntas;

II - o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;

III - a Secretaria-Geral;

IV - a Assessoria Especial.

25. Ao membro do MP não é vedado:

- a) receber honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia.
- c) exercer uma função pública de magistério.
- d) exercer atividade político-partidária.

Gabarito: C

Comentário:

As vedações estão no artigo 111:

Art. 111 - Ao membro do Ministério Público é vedado:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

II - exercer a advocacia, inclusive a representação judicial e a consultoria jurídica a entidades públicas;

III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

V - exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o afastamento para o exercício de cargo eletivo ou para a ele concorrer;

Portanto, ao membro do MP não é vedado o exercício do magistério.

ÉTICA

Fabiano Pereira

26. As normas deontológicas empregadas aos servidores públicos devem ser praticadas no exercício da sua função pública, integrando-se, ainda, à vida privada de cada servidor em particular. Portanto, pode-se concluir que as atitudes e condutas realizadas fora do expediente de trabalho em sua rotina pessoal diária

- a) Podem aumentar ou subtrair os bons conceitos na vida prática do servidor.
- b) Somente subtraem os bons conceitos na vida prática do servidor.
- c) Não interferem em nada os conceitos na vida prática do servidor.
- d) Somente aumentam os bons conceitos na vida prática do servidor.

Gabarito: A

Comentário:

Podemos responder a questão a partir do entendimento do princípio da moralidade na

Administração Pública e da leitura do inciso IV do decreto 1.171/1994.

O princípio da moralidade discorre sobre as condutas morais praticadas tanto internamente no órgão, como também nas situações externas ao órgão, isto é, nas relações privadas do servidor, a maneira como ele se comporta com a sociedade.

O princípio impõe que agentes públicos atuem com honestidade, boa-fé e lealdade, respeitando a ética e o bom relacionamento com os particulares.

O decreto 1.171/1994, inciso VI, nos elucida ainda mais sobre o conceito de moralidade na função pública:

“A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.”

Perceba que o princípio e o decreto se complementam, pois fica claro que as atitudes e condutas praticadas pelo servidor interferem positiva ou negativamente em sua vida profissional e particular, que é o que a alternativa A nos afirma.

27. A ética demanda condutas harmoniosas aos princípios administrativos, entretanto, existem comportamentos de servidores que ferem os valores do interesse público, afastando-se da missão e visão da organização. Assinale a alternativa a seguir na qual a atitude do servidor viola o interesse público.

- a) Márcia chega ao seu posto de trabalho sempre vinte minutos antes do horário oficial de abertura para preparar o ambiente ao atendimento ao público.
- b) Nicolas, policial de trânsito, não aceitou o suborno que o motorista lhe ofereceu em detrimento de uma colisão por estar bêbado.
- c) Anderson trata todos do seu repartimento com respeito e boa-fé.

d) Antônio, fora do horário de expediente do trabalho, posta foto no Instagram vestido da camiseta do órgão administrativo e usando drogas ilícitas.

Gabarito: D

Comentário:

O comportamento de Antônio - ao consumir drogas ilícitas usando uniforme do órgão administrativo e divulgando fotos consumindo drogas ilícitas com o uniforme do órgão que atua - viola o princípio da moralidade.

A conduta demonstra total desapego em transparecer bons costumes, o que o princípio da moralidade preceitua na Administração Pública e fora dela, especialmente quando a imagem do agente estiver vinculada à repartição em que trabalha.

Esse tipo de conduta, sem sombra de dúvidas, viola o interesse público.

28. Assinale a alternativa que transmite a conduta correta entre os princípios que regem a ética na atuação do funcionário público.

- a) Ser gerente de um salão de barbearia com cerveja artesanal.
- b) Trazer materiais do seu setor, como cadernos e canetas, para usar no estudo de seus filhos.
- c) Promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
- d) Ser honesto e íntegro em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e dele não podendo se afastar ou se desviar.

Gabarito: D

Comentário:

As alternativas A, B e C são condutas proibidas aos funcionários públicos. Acompanhe comigo a leitura do art. 217, da lei estadual 869/52, no Capítulo III, dos Deveres e Proibições:

Art. 217. Ao funcionário é proibido:

VI - **participar da gerência ou administração de empresa comercial ou industrial, salvo os casos expressos em lei;**

II - **retirar sem prévia anuência da autoridade competente qualquer documento ou objeto da repartição;**

III - **promover manifestações de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição;**

Portanto, a partir da análise dos incisos do **art. 217 da lei estadual 869/52**, podemos concluir que a alternativa D é a resposta correta, pois encontra amparo da aplicação do princípio da legalidade em relação à Administração Pública.

GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

29. O planejamento estratégico

- a) é realizado pelo nível intermediário da organização.
- b) é orientado para o médio prazo.
- c) tem foco em tarefas rotineiras.
- d) envolve a organização como um todo.

Gabarito: D

Comentário:

Letra A: errada. O planejamento estratégico é realizado no **nível institucional pela alta cúpula** da organização. É o **planejamento tático** que é realizado pelo nível intermediário da organização.

Letra B: errada. O planejamento estratégico é orientado para o **longo prazo**. É o **planejamento tático** que é orientado para o médio prazo.

Letra C: errada. O planejamento estratégico é genérico e abrangente. É o **planejamento operacional** que tem foco em tarefas rotineiras.

Letra D: correta. De fato, o planejamento estratégico envolve a organização como um todo e tem por objetivo nortear os caminhos que a organização deve seguir.

Portanto, o gabarito é a letra D.

30. De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança, EXCETO:

- a) responsabilidade
- b) legitimidade
- c) sigilo
- d) equidade

Gabarito: C

Comentário:

De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança:

-**Transparência**

-**Equidade**

-Accountability

-**Responsabilidade**

-**Legitimidade**

-Eficiência

-Probidade

Portanto, a única assertiva que não trouxe um dos princípios foi a letra C.

31. A sociedade espera que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à _____, ao passo que a _____ se relaciona ao alcance de resultados e objetivos. A _____, por fim, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

As palavras que preenchem corretamente as lacunas, respectivamente, são:

- a) efetividade; eficácia; eficiência.
- b) eficiência; eficácia; efetividade.
- c) eficácia; eficiência; efetividade.
- d) eficiência; efetividade; eficácia.

Gabarito: B

Comentário: Vamos lembrar esses três conceitos:

-**Eficiência:** Significa fazer bem alguma coisa. Ou seja, consiste em utilizar os **recursos disponíveis da melhor maneira possível**. Relaciona-se aos **meios** e aos custos envolvidos. É a medida de avaliação da utilização dos recursos.

-**Eficácia:** Significa fazer a coisa certa. Ou seja, consiste em **atingir os objetivos ou as metas traçadas**. Relaciona-se aos **fins**. É a medida de avaliação do alcance dos resultados.

-**Efetividade:** Está relacionado ao **impacto das ações**. Consiste em alcançar os resultados pretendidos, de forma a alterar a realidade. Relaciona-se aos impactos (benefícios gerados) das ações desenvolvidas. É a medida de avaliação do impacto gerado.

Portanto, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à **eficiência** ao passo que a **eficácia** se relaciona ao alcance de resultados e objetivos. A **efetividade** por fim, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

32. João das Neves, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) formal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) formal e descendente;
- d) informal e ascendente;

Gabarito: C

Comentário:

João das Neves utilizou o e-mail institucional da organização (**comunicação formal**) para enviar uma mensagem aos membros de sua equipe, ou

seja, aos seus subordinados (**comunicação descendente** – de “cima para baixo”).

Portanto, o gabarito é a letra C.

33. Para o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo. Segundo o Guia, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos são:

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.

Gabarito: C

Comentário:

Segundo o Guia PMBOK, os principais tipos de escritório de gerenciamento de projetos são os seguintes (de acordo o grau de controle e influência que exercem nos projetos da organização):

EGPs de suporte: Os EGPs de suporte desempenham um papel consultivo nos projetos. Eles fornecem modelos, treinamento, práticas recomendadas, e acesso às informações e lições aprendidas em outros projetos. Este tipo de EGP atua como repósitorio de projetos.

O nível de controle fornecido pelo EGP de suporte é baixo.

EGPs de controle. Os EGPs de controle fornecem suporte e exigem a conformidade por várias formas diferentes. A conformidade pode envolver:

- Adoção de estruturas ou metodologias de gerenciamento de projetos;
- Utilização de ferramentas, formulários e modelos específicos; e
- Conformidade com as estruturas de governança.

O nível de controle exercido pelo EGP de controle é médio.

EGPs Diretivos. Os EGPs diretivos assumem o controle dos projetos através de um gerenciamento direto. O EGP Diretivo designa gerentes de projetos que ficam subordinados ao EGP.

O nível de controle fornecido pelo EGP diretivo é alto.

Portanto, o gabarito é a letra C.

34. Competência pode ser definida como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. A dimensão que constitui o “saber acumulado” de um indivíduo, isto é, se refere aos aspectos que um indivíduo precisa saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa é chamada de

- a) conhecimento
- b) habilidade
- c) atitude
- d) autoridade

Gabarito: A

Comentário:

São os **conhecimentos** que constituem o “saber acumulado” de um indivíduo, isto é, se referem aos aspectos que um indivíduo precisa saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa.

As habilidades, por sua vez, se referem à capacidade de um indivíduo em conseguir utilizar os “conhecimentos” que ele possui na realização de determinadas atividades. Ou seja, consiste na capacidade de utilizar os conhecimentos em determinada tarefa.

Por fim, as atitudes se referem às ações de um indivíduo em determinada situação. Isto é, à maneira como o indivíduo lida com as situações. Ou seja, a atitude representa o “interesse” do indivíduo em agir de determinada maneira em alguma situação específica. As atitudes estão

relacionadas ao “interesse”, à motivação, à identidade e à determinação do indivíduo.

Portanto, o gabarito é a letra A.

35. A capacidade de se colocar no lugar do outro para melhor atendê-lo, conhecê-lo e servi-lo é chamada de

- a) simpatia
- b) comportamento defensivo
- c) comportamento receptivo
- d) empatia

Gabarito: D

Comentário:

A assertiva trouxe o conceito de **empatia**.

A empatia é uma característica psicológica que consiste na capacidade de compreender o que as outras pessoas estão sentindo. Uma pessoa que possui empatia é capaz de “se imaginar e se colocar no lugar do outro” (é capaz de pensar ou agir da forma como a outra pessoa pensaria e agiria) com o objetivo de entender o que essa pessoa está sentindo para poder ajudá-la da melhor maneira possível.

Portanto, o gabarito é a letra D.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

36. Mateus é servidor público exercendo funções de fiscalização sanitária na cidade de Belo Horizonte. Após receber denúncia anônima, sua equipe realizou uma operação oficial no *Hipermercado KiBom*. Foi comprovado que o estabelecimento possuía vários produtos alimentícios voltados ao público infantil com a data de validade expirada nas prateleiras. Além disso, os produtos estavam misturados a outros com validade dentro do prazo para que o consumidor desatento não suspeitasse e, assim, adquirisse o alimento estragado. Diante dessa situação, Mateus determinou a imediata

interdição do Hipermercado e consequente retirada dos produtos fora da validade.

Na situação descrita, a ação de interdição e a retirada dos produtos estão calcadas no poder administrativo denominado de:

- a) Poder hierárquico, tendo em vista que a administração exerce superioridade sobre o particular;
- b) Disciplinar, que autoriza a Administração a aplicar sanções aos particulares infratores de normas de saúde pública;
- c) Normativo, que permite aplicar sanções por motivos de desobediência a normas de saúde pública;
- d) Poder de polícia, que decorre da supremacia do interesse público sobre o privado.

Gabarito: D

Comentário:

- a) Segundo Hely Lopes Meirelles, “*poder hierárquico é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal*”. No contexto do enunciado, não se pode afirmar qualquer hierarquia dos agentes da fiscalização sobre os particulares, pois não há vínculo jurídico entre as partes. **Assertiva incorreta**
- b) O poder disciplinar deve ser entendido como a prerrogativa assegurada à Administração Pública de apurar infrações e aplicar penalidades a servidores e particulares submetidos ao regime disciplinar administrativo. Não há com fundamento no poder disciplinar, qualquer normatização sobre a utilização da propriedade privada. **Assertiva incorreta.**
- c) O poder normativo autoriza os órgãos e entidades da Administração Pública a editarem atos normativos secundários, inferiores à lei, para a regulamentação de determinados setores da economia. Todavia, por se tratarem de atos administrativos, não podem inovar no ordenamento jurídico, muito menos violar regras

que estão previstas expressamente no texto constitucional, a exemplo da inviolabilidade de domicílio. **Assertiva incorreta.**

- d) A supremacia do interesse público pode ser traduzida como o conjunto de prerrogativas conferidas à Administração Pública e que a colocam em posição de superioridade diante de uma relação com particular, podendo o interesse público prevalecer sobre o privado, caso isso se faça em benefício coletivo. Diante disso, o poder de polícia é o meio pelo qual a administração se utiliza para **interferir na esfera privada** dos particulares, condicionando o exercício de atividades e direitos, bem como o gozo de bens, impedindo assim que **um particular** possa prejudicar o interesse de toda uma coletividade. **Assertiva correta.**

37. Nicolas, Analista do Ministério Público de Minas Gerais, estava lotado no setor de orçamentos e integrava a comissão responsável por aprovar as licitações do órgão. Nicolas, por ser muito amigo de Fabrício, dono de uma das concessionárias da **AE AUTOMÓVEIS**, que ficava a poucas quadras do Ministério Público, planejou em conversa particular, receber, dolosamente, vantagem econômica, consistente em parcelas mensais no valor de cinco mil reais, para facilitar a aquisição de bem móvel (automóveis) pela administração do órgão por preço superior ao valor de mercado. O plano foi bem sucedido e, após se passarem três meses da conversa, Nicolas começou a receber as parcelas.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, Nicolas:

- a) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve prejuízo ao erário;
- b) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois Nicolas cumpriu a aquisição dentro das diretrizes da legalidade, por meio de licitação solene;
- c) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, ao pagamento

de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;

- d) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos.

Gabarito: D

Comentário:

Nos termos do art. 9º da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa importando em **enriquecimento ilícito** auferir, mediante a prática de ato **doloso**, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a **aquisição**, permuta ou locação de bem **móvel** ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por **preço superior ao valor de mercado**.

Por sua vez, o art. 12 prescreve que independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: I - na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, **suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos**, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.

38. Rafael é Analista do Ministério Público de Minas Gerais, lotado na capital Belo Horizonte. Ele usa o carro oficial uma vez por semana para levar sua namorada ao Motel *Millennium Love*, no horário de almoço. Após os dois saírem do Motel, Rafael ainda deixa a namorada na porta da faculdade, que fica a 8 km de distância do seu posto de trabalho. Na situação em tela, pode-se afirmar que Rafael fere o princípio administrativo da:

- a) legalidade;
- b) razoabilidade;
- c) eficiência
- d) moralidade;

Gabarito: D

Comentário: O princípio da moralidade está previsto expressamente no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, impondo que agentes públicos e particulares que se relacionem com a Administração Pública atuem com honestidade, boa-fé e lealdade, respeitando a isonomia e demais preceitos éticos.

Portanto, levando-se em consideração que o veículo cedido a Rafael deve ser utilizado para fins profissionais, não restam dúvidas de que foi violado o princípio da moralidade, pois, ao utilizar um bem público em benefício próprio, Rafael está agindo de modo desleal e desonesto.

39. Camila, servidora do Departamento de Trânsito do Estado Minas Gerais, ao trafegar pelo centro de Belo Horizonte, na manhã do ano novo, verificou que alguns veículos automotores estavam estacionados em cima da calçada de maneira proibida e, além disso, incomodavam os habitantes da região com o som alto. Visando promover a tranquilidade dos cidadãos e a sua segura circulação, Camila determinou que os automóveis fossem rebocados.

No caso em tela, o ato de remoção do veículo tem embasamento específico e diretamente no atributo do ato administrativo da:

- a) Imperatividade, sendo necessária prévia notificação ao particular antes do ato de remoção;
- b) Autoexecutoriedade, que prescinde de prévia autorização judicial e de prévia notificação ao particular;
- c) Presunção de legitimidade, não se admitindo prova em contrário, tendo em vista que Camila é servidora pública;
- d) Presunção de veracidade, tendo em vista que prescinde de prévia autorização do Governador do Estado;

Gabarito: B

Comentário: A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual a Administração Pública pode executar as suas próprias decisões, independente de autorização do Poder Judiciário.

Desse modo, o referido atributo garante à Administração Pública a possibilidade de ir além do que simplesmente impor um dever ao particular (consequência da imperatividade), mas também utilizar força direta e material no sentido de garantir que o ato administrativo seja executado.

40. Acerca dos contratos administrativos, nos moldes trazidos pela Lei 14.133/21, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado por 10 dias, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- b) Será obrigatório à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas.
- c) Os contratos poderão ter sua vigência por prazo indeterminado nos contratos em que a

administração seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio.

- d) A Administração Pública designará agente que ficará responsável pela respectiva fiscalização e que não poderá ser auxiliado por terceiros.

Gabarito: C**Comentário:**

a) A informação correta é de que o prazo **poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período**, como explicita § 1º do art. 90: *“O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.”* **Assertiva incorreta.**

b) A alternativa faz uma afirmação falsa, pois o **certo é que será facultado à Administração**, como indica o § 2º do art. 90: *“Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor”.* **Assertiva incorreta.**

c) A Lei 14.133/21, em seu art. 109, afirma que **“a Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio**, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação”. **Assertiva correta.**

d) O art. 117da Lei 14.133/21 dispõe que **“a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato**, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição”. **Assertiva errada.**

41. Acerca da organização da Administração Pública, marque com "V" as afirmativas verdadeiras, com "F" as afirmativas falsas e, ao final, assinale a alternativa que mostra a sequência correta:

I - Os empregados das empresas públicas são regidos por estatuto, adquirindo estabilidade após decorridos 3 anos de efetivo exercício.

II - As sociedades de economia mista somente poderão ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.

III - A criação de uma fundação pública de direito público é expressão do instituto da desconcentração.

IV - A criação de autarquias se fará mediante autorização em lei, a qual poderá prever, inclusive, a criação de suas subsidiárias.

V - As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas para a exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos.

a) F – V – F – F – V

b) F – V – V – F – V

c) V – V – F – F – V

d) V – F – V – V – F

Gabarito: A

Comentário:

I - Os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista são regidos pela CLT, portanto, **não** possuem estabilidade. **Assertiva incorreta.**

II - As sociedades de economia mista **somente** podem ser constituídas sob a forma **de sociedade anônima (S.A.)**, sejam elas federais, estaduais, municipais ou distritais. **Assertiva correta.**

III - A desconcentração ocorre no âmbito de **uma MESMA pessoa jurídica** e dá origem à criação de órgãos públicos, desprovidos de personalidade jurídica própria. A descentralização ocorre quando a Administração Pública Direta transfere a particulares ou às entidades da Administração Pública Indireta a titularidade e/ou execução de

atividades administrativas. Envolve **duas pessoas jurídicas distintas**. A criação de entidades da Administração Indireta é fruto da descentralização, portanto. **Assertiva incorreta.**

IV - As autarquias possuem personalidade jurídica de **Direito Público** e integram a **Administração Indireta** e **Descentralizada**, sendo criadas (e não autorizadas) por **lei específica** para o exercício de funções administrativas típicas de Estado, tais como previdência e assistência social (INSS), polícia administrativa (IBAMA), regulação de determinados setores da economia (Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários - CVM), assistência social (INCRA) e até mesmo atuação na área de saúde, em situações excepcionais. **Assertiva incorreta.**

V - As empresas públicas são pessoas jurídicas de **Direito Privado**, instituídas pelo Estado para a exploração de **atividade econômica** ou **prestação de serviços públicos**. **Assertiva correta.**

42. Acerca do regime jurídico administrativo, marque com "V" as afirmativas verdadeiras, com "F" as afirmativas falsas e, ao final, assinale a alternativa que mostra a sequência correta:

I - Ao direito público compete regular as relações jurídicas entre Estado e particulares e, além disso, entre as entidades estatais e administrativas.

II - Os atos praticados pelos órgãos são imputados à pessoa jurídica a cuja estrutura estão integrados.

III - O regime jurídico administrativo está pautado, basicamente, no princípio da supremacia do interesse privado e da indisponibilidade do interesse público.

IV - Enquanto o princípio da indisponibilidade assegura prerrogativas (privilégios) para a Administração Pública e seus agentes, o princípio da supremacia do interesse público impõe sujeições (restrições).

a) V – V – F – V

b) F – V – V – F

c) V – V – F – F

d) F – F – V – V

Gabarito: C

Comentário:

I - Ao direito público compete regular as relações jurídicas entre Estado e particulares, órgãos públicos e seus agentes e entre entidades estatais (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e/ou entidades administrativas (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas e consórcios públicos de direito público).

Assertiva correta.

II - A teoria do órgão - criada pelo jurista alemão Otto Gierke - declara que o Estado manifesta a sua vontade através de seus órgãos públicos, que são titularizados por agentes públicos. Os atos praticados pelos órgãos são imputados à pessoa jurídica a cuja estrutura estão integrados, o que se convencionou denominar de imputação volitiva. Trata-se de uma consequência do princípio da impessoalidade, pois o agente público não atua em nome próprio, mas em nome da pessoa jurídica a qual está vinculado. **Assertiva correta.**

III - O regime jurídico administrativo está pautado, basicamente, em dois princípios: supremacia do interesse público sobre o privado (prerrogativas, a exemplo da possibilidade de alteração unilateral dos contratos administrativos) e indisponibilidade do interesse público (sujeições, a exemplo da obrigatoriedade de realização de concurso público e licitação). **Assertiva incorreta.**

IV – Os princípios estão invertidos. O correto é: “Enquanto o princípio da supremacia do interesse público assegura prerrogativas (privilégios) para a Administração Pública e seus agentes, o princípio da indisponibilidade impõe sujeições (restrições)”. **Assertiva incorreta.**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

43. É INCORRETO afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- a) o pluralismo político.
- b) os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.
- c) a prevalência dos direitos humanos.
- d) a cidadania.

Gabarito: C

Comentário: “CF88 - Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

44. NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Ministro de Estado da Defesa.
- d) Carreira Diplomática.

Gabarito: B

Comentário: “CF/88 - Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

45. “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de _____ dias, e aprovada por _____ dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- a) 10 – 1/2
- b) 10 – 2/3
- c) 15 – 1/2
- d) 15 – 2/3

Gabarito: B

Comentário: “CF/88 - Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: (...)”

46. Nos termos da Constituição da República, pode propor a ação declaratória de constitucionalidade:

- a) o Prefeito.
- b) o Procurador-Geral de Justiça.
- c) qualquer partido político.
- d) a mesa da câmara legislativa do distrito federal.

Gabarito: D

Comentário: “CF/88 - Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (Redação dada pela EC nº 45, de 2004)

- I - o Presidente da República;
- II - a Mesa do Senado Federal;
- III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (Redação dada pela EC nº 45/2004)

V o Governador de Estado ou do Distrito Federal; (Redação dada pela EC 45/2004)

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

47. Nos termos da Constituição, considerando que o município de Belo Horizonte/MG pretenda propor ação contra o Conselho Nacional do Ministério Público, a competência para julgamento e processamento do feito caberá à(ao):

- a) Justiça Federal.
- b) Justiça comum.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Superior Tribunal de Justiça.

Gabarito: C

Comentário: “CF/88 - Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

- I - processar e julgar, originariamente:
- r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;”

48. De acordo com as disposições da Constituição Federal, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, conceder-se-á:

- a) Mandado de Segurança
- b) Mandado de Segurança Coletivo
- c) “Habeas Corpus”
- d) “Habeas Data”

Gabarito: C

Comentário: “CF88 - Art. 5º, LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;”

49. Aos juízes é permitido, nos termos da Constituição Federal:

- a) exercer a advocacia no juízo do qual se afastou, a partir do afastamento do cargo por exoneração.
- b) dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) receber, a qualquer título, participação em processo.
- d) exercer na ativa ou em disponibilidade uma única função de magistério.

Gabarito: D

Comentário: “CF/88.

Art. 95, Parágrafo Único. Aos juízes é vedado:

- I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;
- II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;
- III - dedicar-se à atividade político-partidária.
- IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;
- V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

50. De acordo com a Constituição da República, o Conselho Nacional do Ministério Público é composto por:

- a) 15 Conselheiros.
- b) 14 Conselheiros.
- c) 11 Conselheiros.
- d) 07 Conselheiros.

Gabarito: B

Comentário: “CF/88. Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:”

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
